

A internacionalização da historiografia em Portugal no século XXI*

The internationalization of Portuguese historiography in the 21st century

Mafalda Soares da Cunha

mafaldascunha@gmail.com
Professora
Universidade de Évora
Palácio do Vimioso, apartado 94
7002-554 - Évora
Portugal

Pedro Cardim

pedro.cardim@fcsh.unl.pt
Professor
Universidade Nova de Lisboa
Av. de Berna, 26C
1069-061 - Lisboa
Portugal

146

Resumo

Este texto pretende apresentar as condições institucionais da internacionalização da produção historiográfica em Portugal nos últimos 20 anos e propor explicações para o facto de a comunidade historiográfica internacional deter ainda um deficiente conhecimento sobre as realidades históricas portuguesas e sobre o trabalho dos historiadores portugueses. Após um diagnóstico inicial em que se resumem os principais contributos de um debate que teve lugar no *e-Journal of Portuguese History* em 2003, apresentam-se dados de balanço sobre a evolução posterior, com destaque para as temáticas de investigação onde a internacionalização tem sido conseguida de forma mais consistente.

Palavras-chave

Práticas científicas; Historiografia portuguesa; Investigação.

Abstract

This article focuses on the institutional conditions for the internationalization of Portuguese historiography in the past 20 years. Its aim is to explain why the international historiographical community still has a limited knowledge about the Portuguese historical reality, and about the work carried out by Portuguese historians. The first part is comprised by a discussion of the contributions that were made within a debate promoted in 2003 by the *e-Journal of Portuguese History*. The second part of this article discusses the subsequent evolution of the Portuguese historiographical milieu, emphasizing the areas in which its internationalization has been more successful.

Keywords

Scientific practices; Portuguese historiography; Investigation.

Recebido em: 3/8/2012

Aprovado em: 24/9/2012

* Uma versão abreviada deste texto, "From periphery to centre: the internationalization of the historiography of Portugal", foi publicada em CARDIM; CUNHA 2007.

Resumo de um debate

Há cerca de oito anos, por ocasião do lançamento da revista *on-line e-Journal of Portuguese History* (http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph), foi publicado, nessa revista, um debate sobre a internacionalização da historiografia portuguesa.¹ Participaram nesse debate oito reputados historiadores que, embora com perspectivas diferenciadas, partilhavam a preocupação sobre o tema (FONSECA 2003; SCHAUB 2003; CURTO 2003; SANTOS 2003; PEDREIRA 2003; PINTO 2003; VAKIL 2003; LAINS 2003). O momento era particularmente propício, uma vez que um dos objetivos da criação dessa revista, exclusivamente *on-line* e em língua inglesa, era o da promoção internacional da historiografia sobre Portugal. Os editores do *e-JPH* reagem, assim, à constatação de que a comunidade historiográfica internacional detinha um deficiente conhecimento sobre as realidades históricas portuguesas, sobre o trabalho dos historiadores portugueses e dos que trabalhavam acerca do que se pode genericamente designar por realidades históricas de Portugal. O propósito dos editores da revista extravasava, porém, a mera intenção de disponibilizar esse conhecimento através de um meio e de uma língua de acesso quase universal; pretendiam fazê-lo, através da demonstração de que os estudos históricos sobre Portugal se inscreviam em problemáticas de âmbito geral, oferecendo matizes e perspectivas úteis para dar conta da diversidade dos contextos, das práticas ou das soluções encontrados ao longo da história europeia e extraeuropeia. Ao fazê-lo, pretendiam colocar Portugal nos itinerários habituais da historiografia e assim ultrapassar o crónico ostracismo a que o país era votado.

147

A reflexão apresentada pelos oito historiadores procurava, sobretudo, explicações para o baixo nível de internacionalização dos historiadores portugueses e das suas instituições. O diagnóstico foi bastante exaustivo. No essencial, encontrou nas condições internas da produção historiográfica e no tipo de estímulos a que esta estava sujeita uma das principais justificações da dificuldade de os historiadores de língua portuguesa ultrapassarem quer os limites geográficos e temáticos da história de Portugal e do seu império, quer as resistências nacionalistas fundadas no argumento da especificidade da evolução e da trajetória nacionais. Ou seja, responsabilizavam prioritariamente a falta de incentivos institucionais (organização interna das universidades e estrutura das carreiras), as características da avaliação curricular e, ainda, a ausência consistente de apoios financeiros especificamente orientados para a mobilidade e para a internacionalização. Do mesmo modo, assinalaram que a maioria das

¹ A ideia da criação desta revista partiu de quatro historiadores portugueses que na época trabalhavam em universidades portuguesas, sobre diferentes períodos e temáticas históricas – Luís Adão da Fonseca, História Medieval na Faculdade de Letras da Universidade do Porto; José Luís Cardoso, História do Pensamento Económico, no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa; António Costa Pinto, História Contemporânea, no Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa; e Mafalda Soares da Cunha, História Moderna na Universidade de Évora – e foi, de imediato, acolhida por Onésimo T. Almeida da Brown University. Surgiu, assim, uma parceria para efeitos de produção da revista entre a Universidade do Porto e a Brown University, ao abrigo da qual se publicam dois números por ano em regime de livre acesso. A revista tem demonstrado ser um instrumento muito útil na divulgação da mais recente historiografia sobre Portugal, não apenas pelos artigos que publica, mas pela inclusão de listas das dissertações de mestrado e teses de doutoramento defendidas em universidades portuguesas, das instituições responsáveis pela investigação em História e de alguns projetos de investigação em curso.

revistas especializadas em História, em Portugal, ainda não tinha um sistema de arbitragem científica pelos pares (*single or double-blind refereeing*).

Entre as outras questões notadas no âmbito deste debate, destaca-se o facto de, na historiografia portuguesa, predominarem temas de história nacional e os historiadores portugueses não demonstrarem grande disponibilidade para estudar temas não-portugueses. Esta tendência, notavam, era reforçada pela existência de poucas bolsas e diminutos recursos financeiros para estudar temas estrangeiros, e também pela circunstância de as instituições privilegiarem o estudo de temas direta ou indiretamente relacionados com Portugal. Igualmente relevante para os participantes nesse debate era o facto de, no mundo académico português, a especialização em história não-portuguesa inviabilizar, ou pelo menos dificultar, carreiras universitárias. Mais uma vez, os problemas que foram apontados radicavam na organização das universidades portuguesas, cujos lugares de quadro estavam informalmente relacionados com a especialização em história de Portugal.

Embora reconhecendo que, nos cursos de licenciatura em História ministrados em Portugal, existiam, desde há algum tempo, disciplinas sobre a história de outros países e, inclusivamente, sobre países não-europeus, os participantes do debate defenderam que tais disciplinas, apesar de lecionadas por historiadores portugueses, jamais geraram áreas de investigação autónomas, uma vez que esses historiadores continuaram a ter na história de Portugal a sua principal área de investigação. Quando muito, aproveitaram este conhecimento mais geral para promover abordagens de história comparativa. No que respeita às disciplinas sobre *world history* ou história transnacional, os participantes no debate em referência assinalaram que elas só recentemente tinham começado a aparecer nos cursos de pós-graduação, embora todos esses estudos tivessem sempre uma qualquer ligação ou articulação com a história de Portugal.

148

Em síntese, este conjunto de historiadores reconhecia que a fraca dimensão “internacional” na avaliação global dos resultados dos historiadores e das instituições académicas explicava, em grande medida, o isolacionismo e o imobilismo da comunidade historiográfica portuguesa.

Como elementos complementares para a persistência desta “guetização” da historiografia portuguesa, nesse debate foram igualmente apresentados argumentos associados ao carácter periférico de Portugal e à sua marginalidade na explicação da mudança histórica mais global e, ainda, motivos como a questão linguística, a escassez demográfica e a baixa dimensão da sua comunidade historiográfica.

Com efeito, atualmente, das 13 universidades públicas portuguesas, só oito têm cursos de licenciatura em História e, entre as diversas universidades privadas, apenas três oferecem cursos com essas características. No total existem cerca de 300 académicos profissionais que lecionam em todos os domínios e cronologias (e incluem-se neste cômputo não apenas estes historiadores, mas também aqueles que pertencem a departamentos de História ligados a faculdades de Economia ou a departamentos de Sociologia e de Geografia). Seja como for, o número é sem dúvida exíguo, sendo disso um bom exemplo o facto de em 2012 existirem, em todo o país, apenas seis catedráticos em História Medieval

e cinco em História Moderna e Expansão Portuguesa. A história contemporânea desperta, todavia, maior interesse.

Quanto a teses de doutoramento, só muito recentemente se terão ultrapassado as cerca de 15 teses por ano defendidas em Portugal e que constam de listas elaboradas pela direção do *e-JPH* a partir de dados disponibilizados pelo Ministério da Ciência relativamente ao período entre 1975 e 2005.² O facto de, até há pouco tempo, as teses de doutoramento serem maioritariamente elaboradas por investigadores ligados à docência universitária explica o número reduzido de dissertações defendidas anualmente. Contudo, esta é uma tendência que se está a alterar, em resultado do aparecimento de programas de doutoramento nas universidades e da atribuição de bolsas a jovens investigadores sem qualquer vínculo estável ao ensino universitário.

Dito de outro modo, o fraco interesse da comunidade internacional sobre a generalidade dos temas da história de Portugal tenderia a reforçar a propensão para o isolamento e para a persistência de esquemas endógenos de reprodução do sistema académico.

O tom geral das observações destes oito historiadores – emitidas, convém lembrar, em 2003-2004 – era, assim, bastante pessimista, embora qualquer deles preconizasse vias para integrar a historiografia portuguesa nas agendas de investigação internacional. Determinantes, parecia-lhes ser tanto a alteração das exigências institucionais relativamente aos resultados curriculares, quanto a orientação das pesquisas em função de grandes problemáticas historiográficas comuns às agendas internacionais da investigação.

149

Balanço de uma evolução

Acreditamos que os últimos anos têm vindo a consolidar e a dar visibilidade a alguns dos esforços institucionais iniciados na década de 1990 e que parte dos problemas identificados no debate atrás referido está a ser resolvida. Entre os esforços desenvolvidos, destaca-se a integração da grande maioria dos historiadores em centros de investigação financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (tutelada pelo Ministério da Educação e Ciência), cujos resultados são periodicamente avaliados por painéis internacionais.

Em Portugal, a criação de um sistema científico de sistemático apoio à investigação, com financiamento plurianual, data de meados dos anos 1990 e constitui, sem dúvida, uma mudança profunda nas condições de pesquisa na área das ciências sociais e humanas, e da história em particular. Atualmente existem 20 centros de investigação e desenvolvimento (I&D), todos eles acolhidos por universidades e integrando tanto docentes dessas instituições quanto estudantes e bolseiros em formação pós-graduada, e ainda investigadores externos. Em 2007 os doutorados integrados nessas unidades de investigação rondavam os 500, sendo atualmente bastante mais. O principal objetivo dessas unidades de I&D é a promoção da investigação em história e em arqueologia. Até ao momento, os centros têm auferido de financiamento plurianual cujo montante

² *e-Journal of Portuguese History*, v. 3, n. 1 e n. 2 (2005), e v. 4, n. 2 (2006).

resulta do número de investigadores doutorados que integram e da classificação atribuída por um painel de avaliação internacional que até 2007 se reunia a cada três anos.³ Este modelo está a ser repensado pelo atual poder político, e a escassa informação de que até agora se dispõe sugere que o financiamento será efetuado num futuro próximo, em outros moldes.

Os centros financiam atividades ligadas à investigação (deslocações ao estrangeiro e traduções; publicação de trabalhos científicos; organização de encontros científicos). O acentuado crescimento do número de investigadores doutorados integrados nos centros de investigação a que se assistiu nos últimos anos provocou um aumento dos custos fixos de financiamento, que conduziu a alterações na política científica. Deste modo, a política dominante de incentivo ao crescimento do sistema científico tem vindo a ser substituída por uma estratégia assente em critérios mais seletivos, indutores da redução do número de unidades de investigação através da concentração das equipas existentes, com vista à criação de centros de maior dimensão que racionalizem os recursos e se tornem capazes de competir a nível internacional. Atualmente, e perante a situação de crise económica generalizada, em Portugal e na zona euro, a agenda política parece pretender alterar de forma ainda mais substantiva as condições de financiamento das unidades de investigação. A via proposta aposta na competitividade das equipas à escala internacional e no aumento da dependência entre a excelência da investigação reconhecida e a possibilidade de oferecer formação pós-graduada. Além disso, tudo leva a crer que, nos próximos anos, as unidades de I&D portuguesas que quiserem desfrutar de financiamento terão cada vez mais de se candidatar a programas de apoio à escala europeia, concorrendo diretamente com colegas de toda a Europa. A seu tempo se verá que efeitos essa mudança vai ter.

150

Também a abertura anual de concursos tanto para bolsas de investigação pós-graduadas, quanto para projetos de investigação, incutiu entre os membros da comunidade hábitos de avaliação externa. Dado que um dos critérios de análise tem sido a pertinência dos objetos de estudo, em que a comparabilidade e a difusão internacional dos resultados são ponderados, os estímulos à publicação dos resultados no exterior têm-se feito sentir positivamente.

Isto aplica-se não só na avaliação dos centros, mas também no concurso anual de financiamento de projetos de investigação e na atribuição de bolsas de doutoramento e de pós-doutoramento. Todos estes apoios resultam da avaliação de painéis internacionais (para o caso dos centros e dos projetos) e nacionais (para o caso das bolsas), e entram em linha de conta com o volume de publicações internacionais, que no caso da História não se cinge às revistas citadas na Web of Science. Importa dizer que o leque de critérios utilizados nestas avaliações ainda não está rigorosamente definido, uma vez que, em Portugal, não existem *rankings* das publicações nacionais nem acesso direto aos *rankings* elaborados por outros países, embora a hierarquização dos centros de investigação já tenha reflexos na avaliação das candidaturas para bolsas de formação pós-graduada.

³ Para uma lista completa desses centros e respetiva avaliação, veja-se: <http://alfa.fct.mctes.pt/apoios/unidades/avaliacoes/2007/areas.phtml.pt?aid=%7B212AA982-4AAA-4A53-B0FF-1464873DBA45%7D>.

Os dados quantitativos disponibilizados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, entre 2000 e 2010, para o domínio científico das Humanidades permitem uma reflexão sobre esta questão, que deve ser analisada em dois níveis. Constatou-se, por um lado, que o investimento na formação doutoral foi privilegiado relativamente ao pós-doutoramento, já que, em valores absolutos, as bolsas pós-doutorais não chegam a um terço do total das bolsas de doutoramento concedidas ao longo do período (5967 e 18993, respetivamente). Todavia, a tendência de incremento na atribuição de bolsas de pós-doutoramento é superior, pois apresenta valores de crescimento anual médio de 1,38%, face aos 1,13% das bolsas de doutoramento. A explicação talvez resida no facto de o poder político ter consciência de que, para os doutores em Humanidades, as alternativas profissionais são escassas, tornando-se a bolsa de pós-doutoramento uma forma de adiar o problema. Por outro lado, se compararmos estes valores da área de Humanidades com os do conjunto do sistema científico, verificamos que o apoio concedido pela FCT a este campo de estudos está acima da média, uma vez que o crescimento anual médio do total das bolsas de doutoramento é de 1,11%, enquanto o das bolsas de pós-doutoramento é de 1,22%. Tal sugere-nos que o dinamismo da área de Humanidades tem colhido o apoio político para a sustentação dessa área de estudos. Note-se que, entre 2000 e 2010, as bolsas de doutoramento nas Humanidades aumentaram de 11,5% para 15,5% do total das bolsas concedidas, enquanto nas bolsas de pós-doutoramento o crescimento ainda foi superior, pois saltou de 5,6% para 13%.

151

Este panorama relativamente luminoso obscurece-se quando passamos à análise dos apoios concedidos aos projetos de I&D por domínio científico no mesmo intervalo cronológico. Só 5% do total do financiamento total atribuído respeita à área de Humanidades, o que corresponde a 7% do número total de projetos financiados. A ausência de variação significativa ao longo desta década revela a continuidade de uma política científica de constante subalternização financeira das Humanidades. Em contrapartida, a competitividade dentro da área aumentou exponencialmente nos últimos anos. Com efeito, se em 2000 54% dos projetos de Humanidades candidatados foram homologados, em 2009 e em 2010 só 7% (em cada ano) das candidaturas beneficiaram de financiamento. Para além de indicar uma maior participação da comunidade científica deste domínio na busca de recursos para a investigação, deu-se uma contração dos montantes globais para financiamento de projetos de I&D por parte da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. O ano de 2009 foi o momento dessa viragem brusca e em baixa (cerca de 50% do montante total concedido em 2008).

Existem ainda outras instituições portuguesas que apoiam regularmente deslocações para a participação em conferências internacionais ou para investigação em bibliotecas e arquivos estrangeiros (Fundação Calouste Gulbenkian, Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, Fundação Oriente, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, etc.). No entanto, e no atual quadro de crise económico-financeira da zona euro, nos últimos dois anos registou-se uma redução drástica dos apoios concedidos por essas

instituições, ao ponto de algumas delas terem mesmo suspenso as linhas de financiamento, caso da FCT e da Fundação Calouste Gulbenkian.

É importante mencionar que, no que respeita à avaliação curricular individual no seio das universidades, o critério da internacionalização tem sido utilizado cada vez com maior frequência, repercutindo-se nas promoções dos académicos. Refira-se que, a partir de 2011, a legislação determinou que o desempenho dos docentes das universidades portuguesas passaria a ser avaliado trianualmente, definindo-se critérios de aferição da atividade científica em que a internacionalização ocupa um lugar de destaque. Cumpre igualmente assinalar que a FCT teve um papel relevante na difusão do sistema de arbitragem científica nas revistas portuguesas especializadas em História. Aliás, atualmente poucas serão as revistas portuguesas especializadas em História que não se pautarão por esse modelo de aferição da qualidade dos textos submetidos, o que representa, sem dúvida, uma enorme mudança em relação ao que existia há uma década.

Tais evidências, se demonstram a pertinência do argumento sobre os condicionalismos institucionais invocado pelos participantes do debate do *e-JPH*, também comprovam a adequação das medidas adotadas pelo poder político.

Igualmente positivo – embora mais pontual – foi, até ao momento, o incentivo de instituições europeias como a European Science Foundation (ESF),⁴ sobretudo para promover equipas de investigação organizadas em redes transnacionais europeias. De qualquer modo, há alguma incógnita quanto à continuidade desse esforço, pois de momento verifica-se uma certa incerteza a respeito do futuro da ESF, ao mesmo tempo que, pelo contrário, o European Research Council – e em particular as Ações Marie Curie – se afirma como o principal centro de financiamento para a investigação científica na zona europeia. Nesse quadro, os investigadores portugueses que quiserem aceder a financiamento terão de tornar a sua pesquisa consonante com as quatro prioridades definidas pelo *Work Programme THE PEOPLE – 2012*, no que respeita ao financiamento europeu à ciência para os próximos anos: em primeiro lugar, o fortalecimento do potencial humano na investigação e desenvolvimento tecnológico na área de investigação da Europa (ERA); depois, o encorajamento dos investigadores europeus a permanecer na área de investigação da Europa; em terceiro lugar, a atração para a área de investigação da Europa dos melhores investigadores das diversas partes do mundo; em quarto e último lugar, o fomento da cooperação internacional entre a área de investigação da Europa e as demais zonas do mundo, tendo em vista a transferência de conhecimento entre a Europa e os outros continentes, apostando numa forte mobilidade transnacional.

Todavia, e a respeito do futuro financiamento, ainda não é claro qual será a parcela direcionada para as ciências sociais e humanas.

Seja como for, o estímulo que até agora foi dado à colaboração internacional gerou uma movimentação muito intensa na comunidade historiográfica europeia para promover contactos nos diversos países, movimento, esse, em que Portugal se inseriu. Nalguns casos as redes incluíram ligações a países extraeuropeus,

⁴ <https://www2.esf.org/asp/ERIH/Foreword/index.asp>.

o que contribuiu para a extensão dessas articulações a outras comunidades historiográficas, sobretudo da América Latina. Este tipo de financiamento europeu talvez explique o motivo pelo qual a internacionalização da historiografia portuguesa tenha sido realizada mais no mundo continental europeu do que na historiografia anglo-saxónica. Por outro lado, há que reconhecer que a forma como a própria área disciplinar organiza a investigação e a divulgação dos seus resultados, tanto em Portugal, quanto em outros países, tem impedido que esta evolução possa ser eficazmente medida através do indicador utilizado por um dos intervenientes nesse debate – a publicação em periódicos internacionais.

De facto, ao contrário do que sucede na maior parte das ciências sociais – em que os resultados são maioritariamente canalizados para revistas –, no âmbito da História (talvez com a exceção do mundo anglo-saxónico) encontra-se muito generalizado o hábito de promover colóquios e congressos e, posteriormente, publicar as respetivas atas. Outra modalidade que tem vindo a ganhar terreno é a de os projetos de investigação incluírem nos seus objetivos a publicação de obras coletivas. Estas práticas acabam por desviar das revistas internacionais uma parte significativa dos resultados da investigação, embora as publicações possam ser efetivamente internacionais. Bons exemplos do esforço coletivo que marcou a historiografia portuguesa dos últimos anos, perfeitamente alinhado com as mais recentes tendências internacionais, são a publicação, na década de 1990, da *História de Portugal* dirigida por José Mattoso (MATTOSO 1992-1994), da *História da expansão portuguesa*, dirigida por K. Chaudhuri e F. Bethencourt (CHAUDHURI; BETHENCOURT 1997-1999), e da *Nova história de Portugal*, dirigida por Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (SERRÃO; MARQUES 1987-), mas também, e já nos últimos 10 anos, a publicação de obras como a *Nova história militar de Portugal*, dirigida por Nuno Severiano Teixeira e M. Themudo Barata (TEIXEIRA; BARATA 2003-2004), a *História religiosa de Portugal*, dirigida por Carlos Moreira de Azevedo (AZEVEDO 2000-2002), a *História económica de Portugal*, dirigida por Álvaro Ferreira da Silva e Pedro Lains (SILVA; LAINS 2005) ou, ainda, a *História da vida privada*, dirigida por José Mattoso (MATTOSO 2010-2011). E ainda as recentes coleções de biografias dos reis e rainhas de Portugal elaboradas por académicos profissionais com um número substancial de conexões no exterior e em que a preocupação comparativa é quase sempre evidente.⁵

Deste modo, parece-nos que uma quantificação de indicadores como o número de participações em congressos internacionais ou a publicação em obras coletivas ofereceria uma visão menos negativa da internacionalização no campo da História. E uma vez que as principais bases de dados de referência são produzidas por instituições norte-americanas e se reportam quase exclusivamente a publicações periódicas em língua inglesa, esta recente dinâmica de internacionalização tende a ficar oculta se recorrermos apenas a esses instrumentos de avaliação. Apesar de em diversos países europeus ter sido desenvolvido, nos últimos anos, um esforço para estabelecer uma hierarquia

⁵ São 34 volumes, correspondentes aos 34 reis de Portugal, escritos por cerca de 40 historiadores e publicados pelo Círculo de Leitores entre 2005 e 2007, e 18 volumes referentes a 29 rainhas, da autoria de 28 investigadores, com publicação iniciada em 2012 e ainda em curso.

entre as suas publicações especializadas e entre as suas instituições académicas, o acesso a essa informação nem sempre é fácil para os investigadores de outros países. A criação de instrumentos de difusão desse tipo de dados capazes de oferecer parâmetros de avaliação complementares aos anglo-saxónicos está já em marcha à escala da Europa para as Humanidades, através da ESF, embora seja de apontar que o nível de consenso na comunidade académica em relação ao *ranking* apresentado não é total. As listas revelam, em todo o caso, um maior equilíbrio e uma maior abrangência do que as bases de dados anglo-saxónicas, porque incorporam publicações periódicas de origem e idiomas bastante mais variados.

Estamos, por isso, totalmente de acordo com José Mariano Gago, antigo ministro da Ciência, quando, em recente entrevista a João de Pina Cabral, alertou para os excessos da exagerada bibliometria, descrevendo mesmo esse tipo de práticas como “uma visão ansiosa e infantil que tudo pretende classificar (revistas, artigos, livros...) de forma ‘automática’, a partir de regulamentos e algoritmos, faz lembrar a ilusão dos cabalistas para esconjurar a incerteza do mundo” (GAGO 2011, p. 407).

Em qualquer caso, para além das dificuldades em encontrar indicadores adequados para medir a difusão internacional dos resultados, não se pode ignorar que existem, ainda, reais dificuldades de internacionalização. Algumas dessas dificuldades são persistências de longa data, outras têm a ver com recentes alterações da estrutura social portuguesa.

154

Quanto às continuidades, mantém-se na historiografia portuguesa o predomínio de temas de história exclusivamente nacional. Para tal contribuem certamente as deficientes condições de trabalho dos investigadores, nomeadamente a acessibilidade a bibliografia estrangeira. As bibliotecas universitárias permanecem deficientes, com horários pouco adequados, fundos bibliográficos incompletos e com pouca abrangência temática e cronológica, o que dificulta o conhecimento das agendas de investigação internacionais. É certo que, graças ao investimento realizado nos últimos anos, o panorama melhorou um pouco. Por outro lado, a Internet e as grandes bases de dados internacionais também contribuíram para minorar o problema, até porque muitas instituições já assinam as grandes bases de dados bibliográficas internacionais de acesso *on-line*. Os seus elevados custos continuam no entanto a ser entraves sérios, pelo que existem riscos concretos de estas recentes acessibilidades serem absolutamente efémeras, impedindo a consolidação de hábitos de trabalho na comunidade científica. Menos dependente das oscilações de financiamento é a recente tendência de as universidades criarem repositórios digitais de acesso aberto (*open access*) para a disseminação dos resultados da investigação dos seus docentes e investigadores, e onde se incluem também os textos completos das dissertações de mestrado e teses de doutoramento. É verdade que estes instrumentos não têm ainda o carácter sistemático que já adquiriram noutros países, mas estão a implantar-se de forma consistente, revelando uma indiscutível utilidade na difusão alargada da produção científica.

As revistas de acesso aberto inscrevem-se nesta mesma linha de facilitação do acesso à produção científica. As Humanidades e em particular a área de

História têm demonstrado alguma permeabilidade à criação de novas revistas especializadas *on-line*, que, de resto, se pautam pelos mesmos critérios de avaliação por pares que as suas congêneres em papel. Em Portugal existem algumas experiências dessas, como é o caso do já mencionado *e-JPH*, mas também do *HoST: journal of history of science and technology*⁶ ou ainda da *Revista medievalista*.⁷ Em todo o caso, vale dizer que, para muitos historiadores, a desmaterialização da publicação dos seus textos ainda é vista de forma antipática, preferindo eles por isso publicá-los em revistas em formato convencional. Uma combinação destes dois modelos é oferecida por algumas publicações, como a *Análise social*,⁸ a *População e sociedade*,⁹ a *Penélope*¹⁰ e a *História: revista da FLUP*,¹¹ que disponibilizam igualmente os seus números em acesso aberto. Estas referências não são exaustivas, mas já assinalam a tendência de busca de maior eficácia na disseminação dos resultados da investigação por parte da comunidade académica no campo da História.

Por outro lado, é inegável que os historiadores portugueses continuam a não demonstrar grande disponibilidade para estudar temas não-nacionais. Para além dos constrangimentos institucionais acima referidos, é indiscutível a centralidade do quadro nacional no exercício do ofício de historiador em Portugal. Tudo leva a crer que, a este nível, Portugal não se distingue da maior parte das historiografias europeias de menor dimensão. O que sem dúvida parece distinguir a realidade portuguesa é o peso deste fenómeno numa comunidade historiográfica muito pequena e sem abertura institucional para caminhos alternativos.

Talvez também por esse motivo, continua a ser muito reduzido o número de estrangeiros a ensinar História de Portugal em universidades portuguesas e de portugueses a ensinar temas não-portugueses em universidades estrangeiras. É certo que, ultimamente, a comunicação com investigadores estrangeiros em Portugal tem-se aprofundado, em especial pela inserção temporária de jovens investigadores em centros de investigação portugueses. Trata-se, sobretudo, de investigadores brasileiros e espanhóis que optam por realizar a sua investigação em arquivos e bibliotecas portuguesas. Os seus objetos de estudo foram evoluindo em função da alteração das tendências historiográficas. Assim, inicialmente os investigadores estrangeiros procuravam sobretudo estudar Portugal no contexto do seu império ultramarino; depois, e já a partir dos anos de 1980, um número crescente de investigadores estrangeiros procurou nos arquivos portugueses materiais para a história dos seus próprios países (caso da Espanha e do Brasil, para citar apenas os exemplos mais evidentes), acabando, por essa via, por interagir com a comunidade historiográfica portuguesa; finalmente, hoje em dia verifica-se o aparecimento

⁶ *HoST: journal of history of science and technology*, ISSN: 1646-7752, disponível em: <http://www.johost.eu>.

⁷ *Revista medievalista*, ISSN 1646-740X, disponível em: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista>.

⁸ *Análise social: revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt>.

⁹ *População e sociedade*, disponível em: <http://www.cepese.pt/portal/investigacao/publicacoes/tt-populacao-e-sociedade>.

¹⁰ *Penélope: fazer e desfazer a história; Penélope: revista de história e ciências sociais*, disponível em: <http://www.penelope.ics.ul.pt>.

¹¹ *História: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, disponível em: <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id18&sum=sim>.

das primeiras abordagens transnacionais. Uma vez que a presença implica um enquadramento institucional, isto significa que a comunidade internacional reconhece existirem em Portugal competências instaladas para a formação, das quais os estudantes em fase de formação podem tirar partido. Diga-se, porém, que a recíproca já não é tão verdadeira, porventura em resultado do reduzido número de estudantes de pós-graduação em História.

Todavia, continua a haver muito poucos estudantes de pós-doutoramento portugueses a trabalhar em instituições estrangeiras sobre temas não-portugueses. Com efeito, um dos aspetos que recentemente mais têm dificultado a internacionalização da historiografia portuguesa prende-se com a reduzidíssima dimensão da comunidade historiográfica portuguesa e a exiguidade de estudantes em programas de formação graduada e pós-graduada. Este dado, que é verificável pela redução da procura das licenciaturas em História e o decréscimo do número de académicos nesta área, afeta de forma dramática a capacidade reprodutiva da comunidade historiográfica em Portugal. Este quadro bastante negro – que a História partilha com outras ciências humanas – decorre da ação combinada da quebra demográfica e da própria estrutura do mercado de trabalho, a qual tende a absorver os licenciados em Humanísticas quase só em postos de docência. Essa situação também tem, porém, outras implicações no desenvolvimento das atividades académicas dos historiadores. Ao reduzir-se a oferta de investigadores qualificados, multiplicam-se-lhes as solicitações dentro do próprio mercado interno, o que pressiona os poucos académicos disponíveis a desdobrarem-se numa variedade de tarefas que os desvia dos mais morosos e complicados processos conducentes à internacionalização do seu trabalho. Sublinhe-se que o mercado editorial em Portugal é bastante ativo e tem sido prolífero em matéria de iniciativas com grande dimensão – histórias de Portugal, histórias da Expansão Portuguesa, biografias de grupos políticos e socioprofissionais, para mencionar apenas algumas – que absorvem boa parte das energias disponíveis.

156

Algumas das obras coletivas atrás referidas são exemplo de uma historiografia de boa qualidade, devendo-se a sua fraca visibilidade internacional essencialmente à inércia das editoras ou à falta de contacto das casas editoriais portuguesas com as suas congéneres estrangeiras. Há, sem dúvida, casos em que obras de historiadores portugueses foram traduzidas, mas tal deveu-se sobretudo à iniciativa dos próprios autores – e a um financiamento muito pesado retirado dos orçamentos de projetos de investigação (em detrimento de mais bolsas) –, uma vez que em Portugal faltam apoios financeiros à tradução de obras de referência.

Boas práticas para a internacionalização

A internacionalização não pode nem deve ser vista como um fim em si mesmo, mas apenas como um meio de elevar os patamares médios de qualidade da produção através da aferição dos pares. É, pois, fundamental distinguir diversos tipos de internacionalização. Por um lado, existe aquela que assenta em iniciativas mais ou menos individuais e que se concretiza em contactos com

investigadores que estudam temas afins. Deste tipo de internacionalização não resulta, necessariamente, a elevação de padrões de qualidade da comunidade historiográfica, mas apenas, e eventualmente, vantagens individuais.

Mais decisiva pode ser a internacionalização coletiva ou institucional, através do estabelecimento de relações duradouras com instituições de referência, materializadas em agendas de investigação comuns; na circulação de investigadores seniores e juniores; na realização de reuniões científicas; na organização de programas articulados de formação pós-graduada; na realização de publicações conjuntas; etc. Para além de propiciar uma elevação dos padrões de qualidade, este tipo de internacionalização permite também a aquisição de um certo "cosmopolitismo" científico, ou seja, familiaridade com os diversos meios académicos, conhecimento das suas preocupações, dos seus conceitos, das suas categorias e dos seus protocolos científicos.

No fundo, o que está em jogo é distinguir a internacionalização voluntarista e puramente individual, e aquela que tem foros mais institucionais. É esta última a que tem mais potencial para exercer um impacto positivo nos padrões de qualidade das comunidades historiográficas nacionais. Mas, para que isso ocorra, torna-se também indispensável ter em conta os interlocutores escolhidos para o diálogo. Mais do que uma massificação das relações com o estrangeiro, cumpre ser criterioso na escolha dos parceiros, pois também nesse terreno há hierarquias de qualidade que é preciso conhecer e reconhecer. Não é irrelevante onde se publica, quer em matéria de periódicos, quer em matéria de editoras, e nem todas as instituições têm a mesma reputação em todas as áreas temáticas.

Da mesma forma, não se deve pensar que todas as investigações produzidas no estrangeiro são boas e que todas as que se desenvolvem em Portugal são de menor qualidade. Muitos trabalhos de história geral europeia refletem um desconhecimento de informação relevante e o uso fácil, quando não mesmo erróneo, de análise comparativa muito pouco fundamentada.

Um bom exemplo é a aplicação quase automática, ao caso português, de certos traços estruturais que se considera serem característicos de países da Europa do Sul (Itália ou Espanha). Catolicismo, intolerância, imobilismo social, atraso económico continuam a ser alguns dos estereótipos utilizados pela historiografia internacional para explicar o devir histórico de Portugal. Assim, ao prescindir da consulta de estudos mais atualizados que matizam ou contradizem tais "ideias feitas", a historiografia internacional frequentemente reproduz representações sobre a realidade portuguesa que se distinguem por serem bastante mal fundamentadas. E, neste caso concreto, a responsabilidade não pode ser assacada ao atraso da historiografia portuguesa, mas antes ao desinteresse ou à superficialidade com que os produtores de sínteses a nível internacional se relacionam com as historiografias periféricas.

A verdade é que a comunidade internacional em História nem sempre demonstra interesse em conhecer a pesquisa realizada em países mais periféricos e, em alguns casos, pode mesmo dizer-se que avalia mal os resultados das investigações sobre países com línguas de expressão menos universais. Este fenómeno contribuiu de forma não pouco relevante para a marginalidade

de historiografias de países mais periféricos, como é o caso de Portugal. Exemplos cabais continuam a ser as obras de conjunto editadas ou produzidas coletivamente que raramente incluem capítulos sobre Portugal. E, quando o fazem, utilizam como referência obras de autores não-portugueses ou apenas as que foram publicadas em línguas que os autores dominam. Raros são, por isso, os casos em que a bibliografia em língua portuguesa aparece convenientemente referenciada. Estas questões aplicam-se não só à comunidade historiográfica portuguesa, mas também à dos países lusófonos. O Brasil, nomeadamente.

De qualquer forma, o facto de os temas portugueses continuarem a ter um certo carácter periférico deve-se também à inexistência, na historiografia portuguesa, do costume de escrita de histórias de Portugal sintéticas, precisas e numa língua de maior projeção internacional, como o inglês, o francês ou o espanhol. Em todo o caso, esta situação parece estar a mudar, como demonstra a recente publicação de obras como *The Portuguese oceanic expansion, 1400-1800*, dirigida por Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto (BETHENCOURT; CURTO 2007), a *História económica de Portugal (1143-2010)* de Pedro Lains, Leonor Freire Costa e Susana Münch Miranda (LAINS; COSTA; MIRANDA 2011), ou a *História de Portugal* da autoria de Rui Ramos, Nuno Gonçalo Monteiro e Bernardo Vasconcelos e Sousa (RAMOS; MONTEIRO; SOUSA 2010). Trata-se de obras que assentam numa agenda historiográfica atualizada e numa grelha de questões perfeitamente familiar para qualquer historiador estrangeiro, proporcionando um olhar simultaneamente panorâmico e problematizador de temas significativos, em que a história nacional é integrada em quadros de análise mais amplos.

158

Acresce a isto o facto de estarem pouco implantadas, em Portugal, as abordagens de questões gerais, analisadas a uma macroescala e cobrindo arcos cronológicos muito amplos. Um conjunto de obras com estas características, caso existisse, poderia contribuir para que a comunidade historiográfica internacional tivesse um maior conhecimento do passado português, evitando as omissões atrás enunciadas e fomentando a interlocução entre os historiadores portugueses e a comunidade historiográfica internacional.

Não se deve, portanto, daqui inferir que a historiografia não-internacionalizada é necessariamente de menor qualidade, ou que a internacionalização, *per se*, garante sempre bons resultados. Antes pelo contrário. Em Portugal existem numerosos estudos de elevada qualidade que têm tido escassíssima difusão internacional. É esse o caso de muitas das teses de doutoramento produzidas nos anos de 1980 e 1990 em Portugal. Em vários casos, tais trabalhos constituem exemplos de estudos perfeitamente enquadrados nas tendências metodológicas e historiográficas do seu tempo.¹² No entanto, apesar de terem sido publicadas em Portugal, tiveram um impacto mínimo na historiografia internacional, a qual continua, por vezes, a repetir estereótipos e banalidades oriundas de obras traduzidas até à década de 1970 (LANDES 1998). Tal acontece porque

¹² Cfr. lista das teses de doutoramento defendidas em Portugal desde a década de 1970 em vários dos volumes do *e-Journal of Portuguese History*, disponível em: http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph.

muitos historiadores portugueses não cultivam contactos com outros meios historiográficos, atitude essa que é fundada na convicção de que tal diálogo traz pouco valor acrescentado à sua investigação. Esta atitude surge tanto entre historiadores que trabalham sobre épocas mais recuadas, quanto entre os que investigam a história contemporânea de Portugal, e tende a ter um maior peso entre historiadores com uma formação mais marcada pelo *curriculum* das Humanidades. Cumpre sublinhar que este tipo de opções decorre, sobretudo, de posições ideológicas que apostam na irredutibilidade do fenómeno nacional, acentuando por isso as dimensões particularistas e singulares da evolução histórica de Portugal, atribuindo a esta um excecionalismo que, na maioria dos casos, nunca existiu. Noutros casos, esta história mais paroquial serve simplesmente objetivos de afirmação local ou regional.

Mais uma vez, esta questão não distingue o caso português de outras historiografias. Em Portugal a tendência para a crença num suposto excecionalismo português terá sido acentuada pelo prolongado isolamento político e intelectual decorrente do regime autoritário que governou o país até 1974. Na verdade, salvo algumas exceções, o predomínio do quadro nacional acabou por se estender até meados da década de 1980, e só a partir dessa altura surgiu um maior número de estudos que, sem perder de vista a realidade nacional, a tomaram como ponto de partida para análises comparadas. Para além de ter contribuído para uma compreensão mais aprofundada do caso nacional, este tipo de abordagens proporcionou uma consciência mais aguda da sua especificidade, mas também da sua semelhança com outros casos, permitindo um diálogo científico mais intenso com historiografias de outros países, como o Brasil, a Espanha, o Reino Unido, os Estados Unidos e, ainda, a França e a Holanda. Todavia, ainda assim raros foram os casos em que os historiadores tomaram Portugal como mero estudo de caso para explicar processos de mudança social, fenómenos ligados ao desenvolvimento económico, às estruturas de poder, etc., no quadro mais geral da evolução histórica da Europa.

A vulgarização deste tipo de abordagem talvez permitisse contrariar a ideia – cada vez mais discutível – de que, devido ao seu carácter periférico, Portugal apresenta um leque muito reduzido de temas suscetíveis de atrair o interesse do público internacional. Durante muito tempo, considerou-se que apenas a expansão portuguesa, ou os temas do regime salazarista e das transições democráticas despertavam interesse na comunidade académica estrangeira. Esta noção fundava-se no facto de estas áreas temáticas terem suscitado estudos de reputados historiadores estrangeiros, como por exemplo Charles R. Boxer e Frédéric Mauro, ou mais recentemente Stuart Schwartz, A. J. R. Russell-Wood, Dauril Alden, Kenneth Maxwell, Douglas Wheeler, Kirti Chaudhuri, Stanley G. Payne ou Stuart Woolf. No entanto, a maneira como estudaram estes temas foi bem diferente das abordagens predominantes em Portugal. Ao invés de analisarem tais fenómenos numa ótica estritamente nacional, integraram-nos em movimentos mais gerais e encaram-nos como estudos de caso significantes para explicar, por exemplo, o colonialismo europeu ou os regimes autoritários do século xx. Idêntica *démarche* foi assumida por diversas investigações portuguesas na área da história

económica de Portugal dos períodos moderno e contemporâneo, as quais não só assumiram uma dimensão internacional como, sem grande dificuldade, captaram o interesse de estudiosos dos mais diversos países.

Se em relação ao autoritarismo salazarista e à transição para a democracia, mais pela via da ciência política do que pela história, a historiografia portuguesa se inseriu rapidamente nos debates internacionais, o mesmo não ocorreu no âmbito da história do chamado “império português”. A este fenómeno não é alheio o facto de o tema ter sido durante muito tempo dominado pelas representações da história portuguesa veiculadas pelo Estado Novo, o que fez com que nas duas décadas seguintes à revolução de 1974 ele tenha sido mais ou menos esquecido. Com efeito, só recentemente surgiu um renovado interesse pela expansão e pelo colonialismo português, abrindo-se novas perspectivas de análise que, sem perder de vista a dimensão nacional, colocam novas questões e surgem mais abertas à comparação com fenómenos análogos protagonizados por outras nações europeias.

O que também explica que, nos últimos 20 anos, o intercâmbio com a historiografia brasileira se tenha tornado particularmente intenso, materializando-se num crescente número de investigações e de publicações conjuntas. Como resultado desta dinâmica, assiste-se a uma maior integração entre a história europeia e a história do colonialismo europeu nas épocas moderna e contemporânea. Ainda mais recentemente e seguindo as agendas internacionais dos estudos pós-coloniais, começaram a proliferar trabalhos sobre os domínios ultramarinos em África. Um outro bom exemplo do efeito da mudança de enfoque é o conjunto de estudos sobre o tempo em que Portugal integrou a monarquia dos Habsburgos espanhóis (1581-1640). Até meados da década de 1980, este foi um período pouco estudado pela historiografia portuguesa e, sempre que era alvo de investigações, nele predominavam as abordagens estritamente nacionais. No entanto, o surgimento de uma série de estudos realizados por historiadores estrangeiros revolucionou a maneira como o tema era abordado. Matizando o peso do quadro nacional e comparando o caso português com o de outros territórios que também integraram a monarquia dos Habsburgos, esses estudos acabaram por impulsionar a investigação realizada em Portugal. Desse modo, surgiu uma historiografia sintonizada com as tendências mais internacionais e na qual se verifica que muitos dos fenómenos que até hoje se pensava serem exclusivos da realidade portuguesa são, afinal, semelhantes a todos os territórios que compunham a monarquia. Um exemplo recente do que acabou de ser dito é *El mundo de los Virreyes en las monarquías de España y Portugal*, dirigido por Joan-Lluís Palos e Pedro Cardim (CARDIM; PALOS 2012). Seria, no entanto, necessário levar mais longe a agenda transnacional no estudo de realidades como a monarquia hispânica, designadamente através do estabelecimento de grelhas de inquérito comuns a todos os territórios, de forma a criar modelos de análise e permitir comparações sistemáticas. Como é óbvio, este tipo de análise é perfeitamente passível de ser aplicado a outras cronologias e temáticas, e a evidência retira qualquer espécie de fundamento à eleição de temas preferenciais para a internacionalização.

Nada do que foi dito não põe em causa a utilidade e a pertinência de uma historiografia mais centrada na explicação do devir histórico de cada um dos países. Aquilo que se defende é que a historiografia com um objeto estritamente nacional tem a ganhar com a circulação de ideias e de modelos de análise inerente à internacionalização. Talvez a mudança passe, no fundo, por romper com determinadas rotinas desde há muito implantadas na academia portuguesa. O facto de, tradicionalmente, a história de referência europeia ter sido construída a partir de Inglaterra ou de França provocou enviesamentos e levou muitos a pensar que Portugal, por ser periférico, era menos interessante ou menos arquetípico do que outros países. No entanto, a partir do momento em que se pensar a história europeia a partir de outras centralidades temáticas, logo emergirão outros quadros de referências onde, por exemplo, as experiências históricas protagonizadas pelos países e regiões do Sul assumem uma relevância indiscutível na compreensão do mundo contemporâneo.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Carlos Moreira de. **História religiosa de Portugal**. 7 Volumes. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2002.
- BETHENCOURT, F.; CURTO, Diogo Ramada (org.). **The Portuguese oceanic expansion, 1400-1800**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- CARDIM, Pedro; PALOS, Joan-Lluís (org.). **El mundo de los Virreyes en las monarquías de España y Portugal**. Madrid: Iberoamericana Vervuert; CHAM, 2012.
- _____; CUNHA, Mafalda Soares da. From periphery to centre: the internationalization of the historiography of Portugal, **Historisk Tidskrift**, v. 127, n. 4, 2007, p. 643-658.
- CHAUDHURI, K.; BETHENCOURT, F. (dir.). **História da expansão portuguesa**. 5 Volumes. Lisboa: Círculo de Leitores, 1997-1999.
- CURTO, Diogo Ramada. Is there a trend towards internationalization in Portuguese historiography? [dossier "On the internationalization of Portuguese historiography"], **E-Journal of Portuguese History**, v. 1, n. 1, 2003. Disponível em: http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/Summer03.html. Acesso em: 31 jul. 2012.
- FONSECA, Luís Adão da. The internationalization of Portuguese historiography: a challenging opportunity [dossier "On the internationalization of Portuguese historiography"], **E-Journal of Portuguese History**, v. 1, n. 1, 2003. Disponível em: http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/Summer03.html. Acesso em: 31 jul. 2012.
- GAGO, José Mariano. Entrevista de João de Pina-Cabral, **Análise Social**, v. XLVI, n. 200, 3 trim., 2011, p. 388-413.

- LAINS, Pedro. The internationalization of Portuguese historiography: the view from economic history [dossier "On the internationalization of Portuguese historiography"], **E-Journal of Portuguese History**, v. 1, n. 2, 2003. Disponível em: http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/Winter03.html. Acesso em: 31 jul. 2012.
- _____; COSTA, Leonor Freire; MIRANDA, Susana Münch. **História económica de Portugal (1143-2010)**. Lisboa: Esfera dos Livros, 2011.
- LANDES, David S. **The wealth and poverty of nations: why some are so rich and some so poor**. New York: W. W. Norton, 1998.
- MATTOSO, José (dir.). **História da vida privada**. 4 Volumes. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010-2011 [v. 1, *A Idade Média*, coord. Bernardo Vasconcelos e SOUSA; v. 2, *A Idade Moderna*, coord. Nuno Gonçalo MONTEIRO; v. 3, *Época Contemporânea*, coord. Irene VAQUINHAS; e v. 4, *Os Nossos Dias*, coord. Ana Nunes de ALMEIDA].
- MATTOSO, José (dir.). **História de Portugal**. 8 Volumes. Lisboa: Círculo de Leitores, 1992-1994.
- PEDREIRA, Jorge. The internationalization of Portuguese historiography and its discontents [dossier "On the internationalization of Portuguese historiography"], **E-Journal of Portuguese History**, v. 1, n. 2, 2003. Disponível em: http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/Winter03.html. Acesso em: 31 jul. 2012.
- PINTO, António Costa. The internationalization of Portuguese historiography [dossier "On the internationalization of Portuguese historiography"], **E-Journal of Portuguese History**, v. 1, n. 2, 2003. Disponível em: http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/Winter03.html. Acesso em: 31 jul. 2012.
- RAMOS, Rui; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e. **História de Portugal**. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010.
- SANTOS, Rui. The internationalization of Portuguese historiography: basic data and educated guesses [dossier "On the Internationalization of Portuguese Historiography"], **E-Journal of Portuguese History**, v. 1, n. 2, 2003. Disponível em: http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/Winter03.html. Acesso em: 31 jul. 2012.
- SCHAUB, Jean-Frédéric. The internationalization of Portuguese historiography [dossier "On the internationalization of Portuguese historiography"], **E-Journal of Portuguese History**, v. 1, n. 1, 2003. Disponível em: http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/Summer03.html. Acesso em: 31 jul. 2012.
- SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.). **Nova história de Portugal**. Lisboa: Presença, 1987-.

SILVA, Álvaro Ferreira da; LAINS, Pedro (ed.). **História económica de Portugal, 1700-2000**. 3 Volumes. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

TEIXEIRA, Nuno Severiano; BARATA, M. Themudo (dir.). **Nova história militar de Portugal**. 5 Volumes. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003-2004.

VAKIL, Abdoolkarim. The name of the game; or what's in a name. Teaching, research and critical agendas in the "internationalization" of Portuguese historiography [dossier "On the internationalization of Portuguese historiography"], **E-Journal of Portuguese History**, v. 1, n. 2, 2003. Disponível em: http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/Winter03.html. Acesso em: 31 jul. 2012.